

COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ata da 58.^a reunião ordinária realizada dia 31/10/2017

Em 31 de outubro de 2017, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu a sua 58.^a reunião ordinária, realizada na AV. IV Centenário, 1268 – Parque Ibirapuera, Portão 7A, São Paulo, SP, com início às 9h30 com a pauta seguinte:

Expediente:

- Homenagem a Volf Steinbaum
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão na próxima pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação do “**Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)**” por **Anita Correia de Souza Martins**, diretora da Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário (DEVAPE-8) e coordenadora geral do PMMA do município de São Paulo.
- Perguntas e Debate aberto
- Informes em geral e sugestões de inclusão em outras Pautas

A secretária executiva do Comitê, **Leda Aschermann**, iniciou os trabalhos com uma **homenagem para Volf Steinbaum, que foi um grande colaborador e um dos fundadores do Comitê**. Volf era sociólogo, jornalista e especialista em Planejamento Urbano pela Universidade de Edinburgo (Escócia), era um dos mais ativos especialistas em meio ambiente de São Paulo. Teve papel decisivo na elaboração da Lei Municipal de Mudanças Climáticas de São Paulo e foi o **primeiro Secretário Executivo do Comitê de Mudanças Climáticas**. Durante sua atuação na CETESB, coordenou estudo sobre Transporte Sustentável, foi responsável pelo Programa de Qualidade do Ar da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e coordenou o Programa de Inspeção Veicular, assim como sua implantação na capital paulista a partir de 2007 até 2012. Foi técnico do Plano Urbanístico Básico de São Paulo, participou do projeto das Leis de Zonas de Uso Especial do Município de São Paulo e também foi diretor da EMPLASA. Volf foi professor assistente de sociologia do Instituto de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, (UNESP). Como jornalista, trabalhou no jornal Estado de São Paulo e na Folha de São Paulo – onde criou a coluna Sumário, hoje Painel. Disse que foram convidadas pessoas que conheceram e trabalharam com Volf e da sua família para fazerem uma homenagem. Lembrou que também outra pessoa querida e muito próxima do Volf, a Fernanda Bandeira de Melo, ambientalista convicta, faleceu no dia 18. Ela anteviu e atuou fortemente na crise da água na Região Metropolitana de São Paulo e foi também presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e a primeira Diretora Técnica da Fundação Verde Herbert Daniel. Então, colocou, fica nossa lembrança e homenagem. Informou a todos que Fernando Von Zuben, Secretário, Presidente do Comitê, anunciou que não poderia participar por ter uma reunião no mesmo horário com o Prefeito. Leda anunciou que queria que as pessoas conhecessem a Miriam Steinbaum, que é filha do Volf, Miriam se levantou e saudou a todos. Leda agradeceu pela presença. Prosseguiu convidando os amigos e companheiros de

trajetória presentes para fazerem suas homenagens e informou que logo após se dará o cumprimento da pauta da reunião do Comitê, com a apresentação da Anita sobre o Plano Municipal da Mata Atlântica. A seguir **Gabriel Murgel Branco** levantou-se e agradeceu pelo espaço saudando a todos. Apresentou-se e disse que trabalhou na **CETESB** durante 20 anos, onde conheceu o Volf e trabalharam juntos. Ele implantou o programa de controle de poluição veicular brasileiro e o Volf os ajudou muito na concepção e na implantação desse trabalho, especialmente depois que ele já havia saído, assim ele, juntamente com o Eduardo Jorge - que estava também presente – os dois encamparam a ideia de fazer o programa de inspeção veicular em São Paulo, com apoio do Prefeito Kassab, mas eles tomaram isso para si e o Volf que foi o pivô central de toda a articulação. Esse programa, prosseguiu, depende da CETESB, depende do DETRAN, estava centralizado na Secretaria do Verde e dependia de vários órgãos, como PRODAM, PRODESP, uma articulação grande entre os órgãos, o que exigiu muito empenho para que o processo seguisse adiante. O Volf atuou como pivô central dessa articulação e acabou implantando esse programa junto com o Eduardo Jorge, ambos implantaram e enfrentaram todos os que eram contrários. Havia muitos contra, no início do programa, 20% da população era contra a existência do programa, mas, no final do quinto ano, apenas 0,15% da população era contra o programa. Esse foi o sucesso que se pode atribuir ao Volf, ele foi realmente uma pessoa marcante nesse programa que, com a inspeção dos veículos e a manutenção preventiva da frota de São Paulo, salvou 560 pessoas da morte por ano. Comentou que a revista Superinteressante fez uma conta engraçada, pegou quanto custa R\$ 50 por veículo? Dividiu por 500 pessoas que deixaram de morrer e resultou que cada pessoa foi salva por R\$ 10.000,00; esse foi o preço da vida salva no Município de São Paulo. O Volf foi o titular desse mérito junto com a equipe que compôs com o Secretário, juntos todos os que participaram, mas ele foi uma figura central. Concluiu deixando o seu agradecimento ao Volf, em nome dos munícipes dessa cidade, agradeceu e foi aplaudido.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) – Agradeceu as palavras do Gabriel e pediu para o senhor **Paulo Feldmann** tomar a palavra. Este agradeceu e saudou a todos. Disse parabenizar à Leda por ter preparado essa homenagem ao amigo Volf e que homenageia à Inês, esposa do Volf que é também sua amiga. Iniciou falando que Volf foi um amigo fiel, sempre, desde os anos 1980 eles conviveram, também na CETESB. E que há tantos méritos, mas que queria citar alguns que são fundamentais para o movimento de defesa do meio ambiente, principalmente estando sempre na vanguarda das questões ambientais, não apenas fazendo o que é feijão com arroz, mas na vanguarda. Citou que na CETESB, uma das pessoas que conseguiram pensar fora da caixinha; disse ser é muito difícil, mas que o Volf, com a sua visão ampla, visão política e técnica, em 1992, juntos, elaboraram e organizaram na CETESB e na Secretaria do Meio Ambiente do Estado as posições de São Paulo para a Eco-92, para a Rio-92, levando já muita discussão sobre a sustentabilidade, sobre os conceitos de transporte sustentável que ele começava a trabalhar. E organizou, já logo depois, como o Gabriel havia citado, todo o esforço de construção do PROCONVE e da inspeção veicular como política pública. Um processo extremamente complexo e competente desenvolvido por uma equipe na CETESB e depois ele levou com o Eduardo Jorge, que foi Secretário do Verde e Meio Ambiente (presente à homenagem), para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município. Na CETESB, esse trabalho de transporte sustentável é uma marca, porque uma coisa é ver/pensar o controle da poluição específico. O Volf estava lá para formular políticas públicas, e é outra coisa, onde cada um dos elementos da CETESB, nas suas específicas áreas contribuiu para uma política pública, numa visão muito mais ampla e de homem público, de gestor público que vê e antevê as questões como política pública, não apenas como trabalhos cotidianos, que são importantes, mas olhando isso com visão ampla. Disse que quando estava no Plano Diretor de São Paulo com o Jorge Wilhelm, a intenção permanente era de ideias e sugestões, mesmo ele não estando envolvido diretamente na equipe e foram sempre muitas contribuições para que o Plano Diretor de 2002 que marcou uma mudança nos paradigmas de urbanismo na cidade e também na Lei de Uso do Solo, onde estão muitos conceitos ambientais, discutidos em comum acordo com o Volf. A outra marca que tem como resultado esse esforço e esse trabalho do Comitê é a política municipal de mudanças climáticas. Disse considerar que é a vanguarda: São Paulo e Rio de Janeiro são as duas primeiras cidades a estruturarem uma política municipal de mudanças climáticas, com metas, objetivos, planos de elaborar seus inventários e seus planos de mitigação, atualmente levados pela Leda. Disse considerar que esse é um marco fundamental, embora tenha sido difícil, como também foi com a inspeção veicular,

que precisa ser retomada e rediscutida, também a política municipal de mudança climática precisa de um impulso, concluiu. Um novo inventário deve ser feito. Outra questão do Volf era ir buscar os financiamentos; sem isso e sem as suas articulações internacionais, com o Banco Mundial, com as instituições bilaterais, sua capacidade de articulação nacional com os órgãos ambientais nada seria viável. Disse que ao receber o comunicado de que infelizmente perdemos o Volf, muitos amigos não puderam estar presentes, porque estão em Brasília, como a Regina Gualda, muitos outros, a Lara Verocai, todos mandaram um grande abraço para a Inês, e disse querer deixar aqui sua homenagem a esse grande ambientalista que levou à frente e colocou em nossas mãos um avanço na política pública de meio ambiente com a política municipal de mudanças climáticas. Agradeceu. **Marcelo Morgado** - Saudou a todos e se apresentou como assessor do vereador Natalini na Câmara Municipal e pediu desculpas pela ausência dele devido a outros compromissos, disse que o vereador pediu para representá-lo. Informou querer apenas dizer que, apesar de não ser amigo e nem haver trabalhado com Volf, mas, quando estava na SABESP pode conhecer o dinamismo dele à frente do Comitê, disse que representava a empresa em alguns dos GTs e pôde testemunhar essa energia toda dele em prol do meio ambiente, que ele era um grande lutador e que foi uma grande perda para a cidade. Disse que Natalini, de imediato, sabendo da notícia, requereu um voto de pesar da Câmara; algo singelo, que tem um significado como tributo da casa legislativa do Município em homenagem a um grande ambientalista que prestou serviço importante para o Município. Passou então a ler o documento: “Requeremos à douta Mesa Diretora, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que seja consignado, nos anais desta Egrégia Casa, voto de pesar pela perda irreparável de Volf Steinbaum, sociólogo, jornalista, técnico da CETESB, SVMA e SMA, ex-Coordenador do programa de inspeção veicular, ex-secretário Executivo do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia, ocorrida em 2/10. Que a família receba, neste momento de dor, nossa irrestrita solidariedade.” Após, entregou a carta para a Inês Steinbaum com o voto de pesar da Câmara. Comentou que queria dar conta, brevemente, ao Comitê de Mudança do Clima que Natalini encaminhou uma proposta e discutiu o PL 216/2003 e a questão da renovação da frota de ônibus, que não só afeta o planeta e as emissões de gás carbônico, mas sobretudo mata as pessoas através das emissões de material particulado. Os estudos alentados e reconhecidos internacionalmente da equipe do Professor Paulo Saldiva, da Faculdade de Medicina da USP, apontaram que 4.500 paulistanos, pelo menos, têm morte precoce em decorrência da poluição do ar. Então, disse, considerar que seria um grande tributo e real homenagem, mais até do que simplesmente um papel, se conseguirmos aprovar uma mudança do artigo 50 da Lei de Mudança do Clima,(14.933/2009), realmente desafiadora, ambiciosa, e afirmou que na Câmara, o Gabinete do Natalini tem lutado muito, disse que a Leda está a par, para que a proposta do Comitê emplaque e seja a vencedora nas discussões e votação. Agradeceu. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** – Passou a palavra para o Eduardo Jorge. **Eduardo Jorge** - Disse que não ia perder a oportunidade de sentar-se à mesa um pouquinho. E que queria, então, ao mesmo tempo abraçar a filha do Volf e a Inês, disse saber que falava em nome de muitos que trabalharam com o Volf na Secretaria, que estava vendo muitos presentes, a Leda, Hélio, Rosélia, Célia, Helena Magoso, Dorinha, Rose, Mônica, Eduardo Alecino, Valéria, Sun, e afirmou que todos terão sempre a presença dele porque, apesar de não terem tido a sorte do Gabriel, por exemplo, de ser amigo dele há muito tempo, que se conheceram só em 2005, o que foi um prejuízo tremendo para todos, porque ele deve ter sido uma pessoa sempre daquele jeito que foi, (na SVMA), portanto, deve ter espalhado a sua capacidade criativa, a sua capacidade de agregar, de criticar, de formular durante todo esse tempo, desde a época, segundo contavam, que ele foi para Israel, passou pela Escócia, pela Inglaterra, depois por todos esses jornais - Estadão, Folha de São Paulo, CETESB, era uma das figuras-chave nesse processo da criação e da implantação dessa que é a maior empresa ambiental da América do Sul toda é essa de São Paulo. Afirmou que o Volf teve um papel muito importante e ele chegou até a SVMA em 2005, quando teve início a gestão na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, por sugestão de uma pessoa que disse considerar que gostaria de estar agora aqui, porque era muito amigo dele, que era o Fábio Feldmann que é um ecologista também, e que nós, disse, somos ecologistas aprendizes; já o Fábio e o Volf são ecologistas professores. Prosseguiu dizendo que logo no início de sua gestão o Fábio, disse: “Eduardo, tem uma pessoa que eu vou falar com o Governador para liberar para ficar com vocês aí. É uma pessoa que sabe tudo”. Eduardo recorda haver dito que não discutia com o Fábio e se ele disse é porque era mesmo. E quem era essa pessoa? O Volf! Fábio conseguiu a liberação dele na Secretaria Estadual e na CETESB e ele foi

trabalhar na SVMA e desde então passou a ser uma pessoa-chave em tudo, praticamente porque ele conhecia tudo. Não havia tema do qual ele não desse conta e não quisesse dar a sua opinião. Ele era o próprio trabalho intersetorial dentro e fora da Secretaria. E isso é uma coisa muito rara no serviço público brasileiro: uma pessoa ter essa capacidade, porque no geral é cada um por si e “não mexa não, que essa gaveta é minha”. Então, ter uma pessoa que tem essa capacidade de falar com as outras políticas públicas e fazer a interlocução, fazer as outras políticas públicas se sentirem participantes e protagonistas é uma raridade. Então, essa raridade chegou em 2005 com a SVMA e era ele. A questão do inventário, por exemplo, que tinha começado ainda no governo anterior, ele logo pegou e já se assenhoreou e já fez todos os contatos com o Rio de Janeiro, estava parado e terminou o inventário, em 2005 o inventário já estava pronto. O inventário de gases de efeito estufa, que era uma coisa raríssima no Brasil, ninguém fazia - governos estaduais, municipais e federais não faziam. São Paulo teve esse inventário porque o Volf pegou isso logo no começo do Governo e foi atrás do pessoal do Rio de Janeiro, que era muito bom, que estava contratado no Governo anterior; e ele pagou, porque o Governo anterior não tinha pagado, conseguiu recursos pra pagar e a tivemos o inventário. Com o inventário tivemos o diagnóstico pra se mover na questão social, econômica e ambiental mais importante da humanidade, que é a questão do aquecimento global, a crise climática. Sem o diagnóstico, estávamos cegos, não podíamos mostrar para o Prefeito, para os Vereadores, para a FIESP, para os sindicatos de trabalhadores, para os funcionários, “olha como é que São Paulo contribui para o aquecimento global - é assim”, disse. Esse é o mapa de como devemos agir, por isso que temos de articular com a Secretaria de Transportes, com a Secretaria de Serviços e o lixo, com a Secretaria que cuida da questão da alimentação, porque a alimentação é uma coisa chave na questão climática. Todo esse mapa já foi sua primeira intervenção, quando ele chegou, já deu para gente um mapa de como poderíamos caminhar. E foi com esse mapa que trabalhamos oito anos, praticamente. A questão climática como articuladora das questões ambientais, sociais e econômicas da cidade inteira. Portanto, ele teve um papel decisivo nos acertos e nos erros que tivemos durante os oito anos de Governo. E ele nunca recusou trabalho: fez o inventário, pegou a inspeção e colocou-a de pé. Depois quando o trabalho intersetorial - dele mesmo - chegou à conclusão de que quem devia indicar o coordenador era a Secretaria de Transportes, porque a Secretaria de Transportes era o principal protagonista da questão da inspeção, ele cedeu o lugar dele e logo, imediatamente, pegou o outro local que era chave, que era a questão da lei climática. Então, junto com o pessoal da Fundação Getúlio Vargas e com o pessoal do ICLEI, ele articulou toda a discussão. Foram dezenas de debates durante 2008 todinho para poder formular a lei climática. A lei climática não foi formulada dentro do Governo; foi formulada pelo Governo e pela sociedade civil e pelos acadêmicos que queriam participar e participaram intensamente desse processo. O Volf foi quem articulou até chegar nesse texto de lei que foi mandado para Câmara e, milagrosamente, nesse ambiente de radicalismo político, foi aprovada, praticamente, por unanimidade, teve uma abstenção. E foi a primeira lei climática do Brasil. A lei climática que o Volf foi um dos articuladores junto com pessoal da FGV e do ICLEI foi a primeira lei climática adotada no Brasil. A segunda foi a do Governo do Estado, que foi no final do ano de 2009, e a terceira foi a Federal, que veio em seguida. Lembrem-se que estávamos nas vésperas do encontro de Copenhague, aquele encontro de 2009, que foi tão esperado e tão frustrante. Mas nós, da cidade de São Paulo, estávamos preparados para chegar ao encontro 2009 e representar a Prefeitura de São Paulo na Mesa principal de debates dos Municípios, e foi uma das cidades que mais tinha coisas para apresentar. Eram oito cidades: de Londres a Tóquio e São Paulo tinha coisas para apresentar. Era praticamente a única cidade mundial do hemisfério sul que já tinha já coisas a apresentar em 2009, no encontro de Copenhague, e o Volf estava ligado a essa possibilidade. E a articulação internacional do ICLEI com a participação de São Paulo na direção mundial do ICLEI por dois mandatos, além da criação do C40 e a participação de São Paulo na direção do C40 por dois mandatos também tinha a intensa participação dele, porque Volf tinha a capacidade de articular, era uma pessoa-chave nisso. A pessoa que era o responsável do C40 na América do Sul, era um rapaz que trabalhava na Secretaria de Relações Internacionais e que hoje está em uma empresa multinacional chinesa, também mandou seu testemunho. O Volf foi o principal professor dele, e ele o acompanhou como representante do C40 na América do Sul, acompanhando o Volf. Ele disse que o Volf foi o seu principal professor nessa trajetória toda. Essa era a figura dele, com essa capacidade. Com a lei climática aprovada, nessa perspectiva **volfiana**, da intersetorialidade, a quem coube a direção, a presidência do Comitê de Mudanças Climáticas, criado pela Lei

14.933/2009? À Secretaria do Meio Ambiente? Não, à Secretaria de Planejamento, foi ideia dele. Por quê? Porque a questão climática não é uma questão da Secretaria do Meio Ambiente, é uma questão da cidade inteira. E quem pensa na cidade inteira e no conjunto das Secretarias é a Secretaria do Planejamento, portanto o presidente do Comitê de Mudanças Climáticas, por sugestão dele e aprovada na Câmara era o Secretário de Planejamento. E a Secretaria do Verde ficaria com a Secretaria, dando a infraestrutura, porque tem um pouco mais de estrutura do que a Secretaria do Planejamento, incrivelmente. E quem era o responsável pela Secretaria? O Volf era o representante da Secretaria do Meio Ambiente no Comitê. E ele conseguiu, junto com o Secretário de Planejamento, que era um técnico do Governo Gilberto Kassab, muito preparado, chamado **Miguel Bucalem, professor da USP**, pessoa muito preparada. Miguel Bucalem era o Presidente e o Volf era o Secretário. Ele conseguiu uma proeza incrível, a lei foi regulamentada no final de 2009, começou a funcionar mesmo o Comitê pra valer no início de 2010 e durante os demais anos, até 2012 o Comitê se reuniu todos os meses, com o Bucalem sentado à Mesa e o Volf secretariando. E com representação de Transportes, que Marcelo Branco era o Secretário de Transportes, que o Volf tinha um diálogo intenso, Saúde, Educação, a Infraestrutura. Já dá para imaginar, quem conhece o serviço público brasileiro o que é isso: ter um Conselho em que o Secretário Presidente vem às reuniões, que é algo raríssimo, geralmente manda um representante, funcionar todo mês, reunindo cinco, seis, sete, oito Secretarias, fora o pessoal da sociedade civil e da universidade. O Volf apresentou o relatório em novembro de 2012, desse trabalho de três anos. É uma coisa impressionante o relatório que foi aprovado no Comitê, foi apresentado em novembro de 2012, aprovado na reunião de dezembro - ele não deu trégua, aprovou, teve reunião em dezembro. Ele já tinha perdido a eleição, já vinha outro governo, mas ele não estava nem aí. Esse relatório está à disposição, são páginas de ações concretas que foram realizadas pelas Secretarias da Saúde, de Transportes, de Educação, de Infraestrutura que cuidava do lixo, está tudo lá, relacionado nesse trabalho incrível por conseguir colocar tantos protagonistas, e a Secretaria do Meio Ambiente, na posição dele, como articulador, mas nunca querendo ser o artista principal do filme. Essa era a tarefa. O Secretário dos Transportes, que era o principal alvo de sedução, dizia o tempo todo: o artista principal é você; nós vamos carregar a luz para filmar a sua **performance**. Então, isso é o resultado do trabalho de uma pessoa que tinha visão de políticas públicas, visão de Governo, de tarefas, de missão, de trabalhar pelo seu povo, pela sua cidade, pelo seu Estado, pelo planeta, pela humanidade, que é a tarefa nossa, hoje. Com essa questão da governança global se aproximando rapidamente, empurrada e impulsionada pela questão ambiental, trabalhamos pela humanidade. Tem que ser uma pessoa como ele, com essa visão, além de tudo, era uma pessoa adorável, porque ele contava umas histórias com o seu peculiar humor judeu. É imperdível para quem teve chance de almoçar e conversar com ele, depois da reunião, disse considerar que a esposa devia reclamar, acabava o trabalho e ainda ficava lá conversando, devia chegar tarde em casa, era uma coisa incrível. Disse ter tido a chance de ir até a casa dele e da Inês, sempre fazendo conversas intersetoriais e interpolíticas, conseguiram ter essa convivência. Ele realmente era um legítimo representante do povo do livro. Era cercado de livros por todos os lados. Tinha livros nas estantes, nas cadeiras, nos divãs e disse ser também do povo do livro, que não tem fetiche por outras coisas, mas por livro tem. Para finalizar disse para a Inês Steinbaum que o último livro, da última vez que ele esteve na sua casa para se despedir do Volf, antes deles viajarem para morar com o filho, ele continuava um militante internético mandando fotografias dos netinhos e viu que ele foi feliz até o final da vida dele. Foi uma decisão muito acertada embora difícil, a de deixar São Paulo. Ele ainda lhe deu um livro, que era a história de Jerusalém, um calhamaço de quase 700 páginas, mas Eduardo disse ter lido todo, mas não teve a chance de devolver. Alegou que também não vai devolver para a Inês, porque vai guardar, assim quando ele morrer, não sabe se vai para o céu como ele, mas se chegar lá, pelo menos na porta, ele poderá dizer para São Pedro "dá para devolver esse livro pro Volf?" (risos), - "Quem é esse senhor Volf?" - "É aquele que está naquela roda contando alguma história ali, deixa a gente lá ver", (risos). Então, finalizando disse querer deixar o abraço e o agradecimento da cidade de São Paulo, que considera que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e o trabalho dele deixou marcas profundas e que ele leve isso sempre consigo, porque realmente estará sempre conosco. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** - Agradeceu ao Eduardo e passou a palavra para a **Inês, viúva do Volf**, para falar um pouco para todos. Informou que logo após será realizada uma homenagem para o Volf no corredor. Passou a palavra para Inês, antes comentou que o Eduardo falou do almoço e que era um prazer sempre almoçar com o

Volf, e que falava: “Mas Volf, você é judeu”, mas ele adorava uma feijoada. Ele dizia: “não, mas o meu Rabino autoriza”. (risos) Então, não tinha essa restrição. **Inês Steinbaum - Volf Steinbaum foi um idealista.** Trabalhou na área de propaganda e a equipe da qual fazia parte criou para os cobertores Parahyba os versos de uma propaganda, uma musiquinha “está na hora de dormir, não espere mamãe mandar, um bom sono para você e um alegre despertar”. Também criaram a palavra Tostines para definir e caracterizar um tipo de biscoito. Sendo um idealista, ele abandonou a área de propaganda para se tornar jornalista da Folha de São Paulo e, por motivo de força maior, precisou, em 1967, se ausentar por um tempo; sair de cena. Então foi contratado pela ASPLAN e trabalhou um tempo no Rio Grande do Sul; voltou e continuou trabalhando na área de planejamento urbano; deu cursos de sociologia urbana e, em 1986, foi para a CETESB; prestou um concurso e foi para a CETESB. Ele também deu aula de planejamento urbano na Universidade Católica de Santos e, comissionado pela CETESB, foi trabalhar com o Eduardo Jorge que já explicou detalhadamente o que fizeram e que foi realmente bastante interessante e as pessoas que falaram antes já deixaram mostrado a todos o trabalho do Volf. E é isso aí, disse agradecendo a todos que compareceram à homenagem, alegou que ficou muito emocionada. (palmas). **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** – Convidou a todos para irem ao corredor para a homenagem que consistiu na colocação de um retrato com perfil do Volf Steinbaum na parede da UMAPAZ onde se encontram outros grandes nomes de ambientalistas do mundo e do Brasil. Logo após, Leda convidou a **Anita, Diretora do DEPAVE 8, para fazer a apresentação do Plano Municipal da Mata Atlântica de SP.** **Anita Correia** – Saudou a todos os membros do Comitê e demais presentes. Agradeceu à Leda pelo convite e disse que iria apresentar o que é esse trabalho, em que fase ele se encontra e a articulação dele com a própria questão do Comitê e da mudança climática. Questionou: qual é o arcabouço legal para o Plano da Mata Atlântica? Existe a própria Lei da Mata Atlântica, de 2006, que prevê a elaboração dos planos e condiciona o acesso ao fundo de recursos da Mata Atlântica à existência dos planos municipais. Esse fundo, infelizmente, ainda não foi regulamentado; mas no âmbito do Município de São Paulo, existe a previsão da elaboração do Plano da Mata Atlântica no Plano Diretor Estratégico, de 2014. Outro documento que foi base para a elaboração desse trabalho foi o Roteiro Metodológico para a Elaboração de Planos Municipais de Mata Atlântica, que é do Ministério do Meio Ambiente. O arranjo institucional definido para desenvolvimento dos trabalhos foi a partir de uma Portaria intersecretarial que incluía, na época, SMDU, atual SMUL, e a Secretaria Municipal de Subprefeituras, atual Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais, e a Secretaria do Verde. Foi constituída uma parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, porque ela oferece cursos de capacitação para os técnicos das Prefeituras Municipais, voltados à elaboração do PMMA e também trabalham com a divulgação desses planos no Brasil. E, no âmbito do CADES, que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi implementada, instituída uma comissão especial com membros do CADES e outros convidados eventuais que queriam participar do evento. Apontou para uma foto do lançamento, que ocorreu do Plano no Parque Trianon, na Av. Paulista. O Plano da Mata Atlântica, é dividido em três grandes etapas: uma etapa diagnóstica, que é o diagnóstico da situação atual da Mata Atlântica; uma segunda etapa, que é a definição de áreas prioritárias para restauração e conservação; e a fase final, que é o plano de ação. Hoje, disse, nós estamos nessa etapa e consultando as ações que foram definidas, constituídas no âmbito desse grupo técnico. Que está ocorrendo uma consulta pública em formato digital na internet – ao final disse que iria mostrar o link. Esse diagnóstico, portanto, incluía tanto os dados de biodiversidade, de fauna e flora. A origem desses dados é da própria Secretaria do Verde, das divisões do Herbário Municipal, que é incluído no DEPAVE 8, Divisão da qual Anita é Diretora, e da fauna silvestre, que é o DEPAVE 3. São inventários anualmente publicados no Diário Oficial do Município. Uma análise da relação da Mata Atlântica com os recursos hídricos, a própria canalização dos rios, o tamponamento dos rios, as áreas de mananciais incluídas no contexto do Município de São Paulo, a relação da Mata Atlântica com as áreas de risco geológico e geotécnico e a importância que a vegetação tem para conter esses riscos, a eminência de riscos que existe nessas áreas, que têm uma fragilidade natural, a questão da relação entre o clima, a temperatura e a presença de vegetação – isso remonta ao Atlas Municipal, um documento da Secretaria do Verde muito importante, de 2004, onde é feita uma análise também das outras políticas públicas e da sua interface com a questão da proteção da Mata Atlântica. Então, desde o Plano Diretor, de uma forma mais geral, a leis mais específicas, como a Lei de Uso do Solo, porque ela prevê uma série de mecanismos que permitem ou não a

utilização e dá regras para a utilização daquelas áreas. Os outros planos verdes, como são chamados, que são contemplados e previstos no Plano Diretor, o plano de arborização, o plano das áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres e o plano das áreas prestadoras de serviços ambientais. Outros planos e programas que se integram à política de educação ambiental – existe uma série de ações previstas nesse Plano, que estão voltadas à questão educativa. Turismo sustentável: existe uma lei de 2013 criando um polo de ecoturismo na Zona Sul de São Paulo, na área de mananciais. Os planos das Unidades de Conservação, o plano de desenvolvimento rural sustentável, que está acontecendo. Há um Conselho também constituído para isso, que está sendo desenvolvido coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Urbanismo. Outros instrumentos muito importantes são o próprio pagamento por serviços ambientais, um instrumento fundamental para viabilizar a conservação em áreas privadas, os TCAs, sobre a questão da autorização por supressão e a compensação resultante disso. Os TACs, os licenciamentos e a transferência do potencial construtivo, que é outro instrumento presente no Plano Diretor e também permite que se trabalhe com a questão da conservação em áreas privadas. Nesse diagnóstico também foram tratadas as áreas protegidas de uma forma geral, mas aí são destaques: as Unidades de Conservação, as terras indígenas, as áreas de preservação permanente, as reservas legais, as reservas da biosfera, os geo-sítios e esse mapa traz as Unidades de Conservação municipais, que estão concentradas na Zona Sul, na área de mananciais. São Paulo tem nove Unidades de Conservação municipais, isso incluindo APAs, parques e RPPNs, reservas do patrimônio natural, concentradas nas áreas de mananciais e também algo na Região Leste, que é o Parque Natural Fazenda do Carmo. E, por determinação e orientação do próprio Roteiro Metodológico, os Planos Municipais de Mata Atlântica tinham que fazer uma avaliação das pressões sobre as áreas mais significativas. Informou que foi feita uma análise numérica das maiores pressões sobre os fragmentos de Mata Atlântica mapeados, em mais de 70 deles, 70% desses fragmentos está sobre pressão da expansão urbana desordenada. Apresentou fotos que antecedem esse processo. Então, prosseguiu, esse desmatamento, que começa muitas vezes como um simples bosqueamento, exibiu fotos da Zona Sul de São Paulo, na região de Parelheiros, onde resultou uma área onde podem observar muitas casinhas vermelhas, que são de **madeirite**, ocupação que havia tido início no dia anterior. Mostrou imagens de 2003, quando trabalhavam com os estudos para a criação da APA Bororé-Colônia, e existiam apenas três casas. Hoje existem mais de 300, afirmou. Então, explicou, fica claro que uma das maiores ameaças é a pressão urbana desordenada, mas é a ineficácia da fiscalização ambiental de todos os órgãos que têm competência para isso. Então, isso envolve tanto o Município quanto o Estado. Foram feitas oficinas de mapeamento participativo, regionalmente, em parceria com a UNINOVE, com o SESC, além das oficinas regionais, nas quais as pessoas, a partir de imagens, puderam mapear os fragmentos de Mata Atlântica no entorno de suas casas, nos locais onde elas conheciam ou tinham interesse. Mostrou um quadro que sintetiza os fragmentos que foram mapeados nessas quatro oficinas realizadas em 2016 onde foram mapeados e identificados 377 fragmentos de Mata Atlântica. Informou que todos iriam ver o comparativo do mapeamento técnico, que foi feito no âmbito da Secretaria do Verde, sob coordenação do **Dr. Ricardo Francischetti, que é o Coordenador do Herbário Municipal**. Anita disse que foi feita uma oficina técnica em 2015 para definição de quais categorias e as bases de dados por conta de terem outros mapeamentos de Mata Atlântica - realizados pela **SOS Mata Atlântica** anualmente, e o **Inventário Florestal**, realizado pelo **Instituto Florestal**. Entretanto, colocou, a escala utilizada por esses mapeamentos não davam conta da intenção de mapear fragmentos pequenos, mas que, num contexto da cidade, eram significativos e mapearam os fragmentos a partir de 80 metros quadrados, em função da escala cartográfica utilizada pela SVMA para esse mapeamento. Essas foram as oficinas de vegetação técnicas e, mostrou a foto do professor Ricardo, Coordenador do Herbário. Prosseguiu dizendo que toda a parte de cartografia digital foi feita pelo geógrafo da SVMA, Jânio Marcos, da Divisão e outras pessoas que compuseram a equipe são biólogos, engenheiros florestais, agrônomos do corpo técnico da Secretaria do Verde, de vários Departamentos, dos DGDs e do DEPLAN. Colocou que esse trabalho todo foi desenvolvido integralmente pelos técnicos da Secretaria, por todos os Departamentos, sem nenhum aporte de recurso, nem aquisição de imagem, nem um computador, nada. Foi feito integralmente com os recursos humanos e intelectuais da Secretaria do Verde e que isso era uma vitória. Continuou dizendo que o Rio de Janeiro e vários Municípios que têm Planos da Mata Atlântica elogiados, usaram consultorias e gastaram alguns milhares de reais para construir seus trabalhos. Disse que

esse é o mapeamento, efetivamente em que as equipes da SVMA utilizaram seis classes de vegetação, que não incluem apenas as categorias florestais. Portanto, trabalharam com os campos naturais, os campos gerais. E que esses campos gerais são a vegetação associada à Mata Atlântica, os relictos de cerrado, que são os campos de Piratininga, que remontam a essa questão. E que essas áreas são incrustadas na cidade, existem e são extremamente importantes, pois remontam a um passado histórico, da presença e da evolução da vegetação no Município. Concluiu dizendo que foram essas as seis classes definidas pelo Herbário e mapeadas. Foram mapeados 4.479 fragmentos de Mata Atlântica, que compõem um percentual do Município de 30,4. Fazendo uma comparação, o dado da SOS Mata Atlântica é de 18,4% do Município e o dado no inventário florestal do IF é de 22%. E isso se deu em função da escala utilizada. A SOS parece ter utilizado escala 1/50 e o IF 1/25 mil. A SVMA usou de 1/10 e, em alguns casos, até trabalharam com escalas menores para ver alguns detalhes necessários. A base da SVMA foram as ortofoto-cartas da EMPLASA e depois revistas com imagens mais atualizadas, porque essas cartas são de 2010. Em torno de 77% desses fragmentos estão na zona rural e isso mostra que a temos que ter uma ação completamente diferenciada, articulada com a questão da proteção aos mananciais, com a questão da agricultura, ainda mais numa Secretaria que tem uma tradição de trabalhar com arborização. Essa foi uma das primeiras dificuldades para elaboração do Plano. Ao final olhamos e falamos: - “Bom, e cadê as nossas ações de restauração?” E, como amiga, eu pensei: “a gente nunca fez isso,” comentou. Plantamos alguma coisa no parque ou na rua. Mas a restauração florestal, no sentido de restaurar a Mata Atlântica, de promover o bioma, a Secretaria não fazia. Então, para isso, foi preciso buscar parcerias e refletir sobre isso, inclusive no processo de reestruturação que está sendo pensado hoje na Secretaria. Então, disse que foi chamada e que recebeu a notícia de que iriam criar um Departamento de Arborização e que disse: “Legal, mas a cidade não é só essa que está aqui no entorno da Avenida Paulista, a cidade continua lá em Parelheiros, aonde ela é maior, aonde ela é mais pobre, mas onde estão os fragmentos e está toda a biodiversidade, está a água que a cidade toma”. Então, era preciso mudar e rever essa Secretaria a partir disso. A metodologia para definição de áreas prioritárias foi necessário fazer uma parceria com o professor Ricardo Sartorello, professor da Universidade de Mogi das Cruzes, especialista em ecologia da paisagem, porque são utilizadas as métricas de ecologia da paisagem. Colocou que dois conceitos muito importantes dessa área do conhecimento são o efeito de borda e a fragmentação. O efeito de borda era preciso entender dos fragmentos, o que havia em volta dele e o tipo de pressão. Desse modo, junto com o DECONT, Departamento de Controle Ambiental, foi construída uma matriz bem complexa sobre cada tipo de uso do solo e os impactos, a área de impacto que ele causaria no fragmento, para que tivessem um resultado, que eram as áreas-núcleo. Então, tirados esses efeitos de borda, me sobra uma área em que eu tenho uma integridade maior. E essas áreas são as áreas mais importantes, as áreas que eu tenho que proteger. Outra questão muito importante, nessa área da ecologia da paisagem é a questão da fragmentação, destacou. Ela precisava entender como se distribuíam esses fragmentos; se eles estavam muito concentrados ou se estavam fragmentados. De fato eles estão superfragmentados, principalmente na Região Central, eles não só estão fragmentados como estão sob constante efeito de borda e aí, sob essa metodologia, eles até desaparecem, de tanto efeito de borda existente nessas áreas. Daí, os resultados mais significativos acabam sendo encontrados nas periferias da cidade, que é onde estão os remanescentes de Mata Atlântica mais significativos. Havia uma expectativa muito grande do grupo, de que iriam refazer a conexão entre a Serra do Mar e a Cantareira, mas isso é impossível. Estamos numa cidade de concreto, Avenida Paulista, um rio enterrado e podre, e é impossível simplesmente. A conexão, como todos sabem, ela se dá pela Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, então, se dá pelas bordas e é isso mesmo que essas métricas acabaram demonstrando numericamente, inclusive veremos aqui no trabalho, para efeito de utilização do software **ArcGIS** e de uma extensão dele, Patch Analyst, que geram esses dados. O Município foi dividido em 300 hexágonos de 500 hectares e foi trabalhado também com um buffer de 2 km no seu entorno, para entender se esses fragmentos se restringiam ao município ou não, se eles tinham uma continuidade, porque um dos apontamentos do Plano é que a Mata Atlântica não pode ser pensada a partir do limite político dos municípios, para tanto seria preciso ter uma gestão Metropolitana desses fragmentos. Foram definidas como estratégias, macrodiretrizes. Nesses trabalhos são inventados uns nomes da área de planejamento, aí definimos que os nossos corredores ecológicos eram macrodiretrizes para as áreas prioritárias. Então, são esses três grandes corredores ecológicos: Corredor Sul da Mata Atlântica, Corredor

Norte da Mata Atlântica e Corredor Leste da Mata Atlântica. Qual foi a definição usada? Não é a definição do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, mas sim uma definição moderna e que se enquadra mais nessa perspectiva de trabalhar com a conexão de fragmentos de vegetação nativa. Essa é a definição utilizada pelo Ministério do Meio Ambiente num projeto que se chama Corredores Ecológicos. Foi por acaso, disse, já ter experiência de conhecer o que foi feito em Santa Catarina e acabou que numa reunião do ICLEI onde tinha uma pessoa apresentando os Corredores Ecológicos do MMA - o **Cervinski** - e aí foi feita uma articulação e ele disse: perfeito", essa é a definição que trabalha tanto com as UCs, quanto com os parques e com os outros fragmentos que não estão protegidos, buscando a promoção da conectividade; é perfeita para esse trabalho que foi feito. Desde então, foi incorporada essa definição para os nossos corredores. Esses corredores têm macro-objetivos e o objetivo do da Zona Sul é conectar o Parque Estadual da Serra do Mar com os parques que foram criados em função do Rodoanel Sul - compensação ambiental -, que são os parques naturais Jaceguava, Itaim-Varginha e Bororé. O corredor norte da Mata Atlântica, a função de conectar o Parque Estadual do Jaraguá, o Parque Anhanguera, o Parque Estadual da Cantareira e, principalmente, trabalhar para proteger essas áreas que estão extremamente pressionadas pela ocupação urbana, criando uma série de parques que foram estudados pela Secretaria ao longo de muitos anos, que são os parques da borda da Cantareira. E, finalmente, o corredor leste da Mata Atlântica, com a função de conectar aquela única Unidade de Conservação que existe hoje, de proteção integral, que é o Parque Municipal Natural Fazenda do Carmo - muitas pessoas dizem que é uma floresta urbana - com alguns fragmentos até o limite do Município com Ferraz de Vasconcelos, onde está o Cabeceiras do Aricanduva. O objetivo é que ele seja outro parque natural municipal e que possamos constituir um corredor ecológico conectando esses dois importantes parques, que são os fragmentos mais significativos de Mata Atlântica na Zona Leste do Município. Para saberem porque é que o plano de ação está sob consulta pública? Ele é a transformação da situação atual, que foi trabalhada no diagnóstico da Mata Atlântica, transformada numa situação futura desejada. É o que chamamos de planejamento, para que seja colocado em prática. Mas tem um componente muito importante, que motiva a todos, que é o componente do sonho, apesar de estarmos muito mal, temos muito problema, mas não queremos que continue assim. Ao longo desse trabalho, a Secretaria teve seis Secretários. Então, toda hora que chegava um novo, vamos começar de novo a contar, porque o Plano da Mata Atlântica foi realizado e aí o outro achava outra prioridade, e continuávamos trabalhando na clandestinidade, como se estivéssemos fazendo uma atividade irregular. Então, é uma dificuldade gigantesca. Muitas vezes não houve apoio, não havia entendimento, leitura de que isso era coisa da outra gestão. Então, não sei como a conservação da Mata Atlântica pode ser coisa de uma gestão ou outra. É a conservação de um bioma. Então, contra tudo e contra todos persistimos e seguimos em frente e o componente do sonho entra aí, porque era preciso pensar. Temos uma situação muito preocupante, uma desarticulação muito grande, uma Secretaria muito enfraquecida do ponto de vista pessoal, orçamentário, à vista do que era há cinco, seis anos atrás. Como vamos fazer isso? Então, a estratégia principal: fortalecimento da Secretaria. E, aí, a gente, eu e a Rosélia, principalmente – tivemos uma crise uns três meses atrás e eu falei "Rosélia, o governo atual falou que não está querendo criar parque - e o Plano da Mata Atlântica não pode sem criar parque - como é que a gente vai fazer"? Nós vamos fazer. Esta é a nossa proposta. Está tudo pensado: como é que se faz o que é prioritário e sair do papel depende da sociedade incorporar esse trabalho e é legal, porque a próxima etapa será a de apresentar esse trabalho na comissão do CADES, apresentar lá e depois aprovar no CADES. Então, a ideia é que o CADES seja o grande parceiro para cobrar o governo; ele tem uma vigência até a próxima revisão de dez anos, o Plano da Mata Atlântica. Então, cobrar os governos que se sucedam para que esse Plano se execute verdadeiramente, não fique apenas no papel. Ele foi formulado a partir de duas metodologias, que muitos já conhecem a metodologia da análise SWOT, ou (FOFA), que levanta a questão dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Foram feitas várias reuniões com o grupo da Secretaria, de todos os Departamentos e dos parceiros das outras Secretarias também, com a parceria do pessoal da **Reserva da Biosfera**, foi trabalhada a metodologia de cenários futuros, que é consagrada pela UNESCO para trabalhar nessas questões de planejamento. E foram construídos quatro cenários, com dois eixos: um deles tinha a questão da baixa implementação das políticas de desenvolvimento urbano e tinha a má gestão socioambiental. Como somos superotimistas - por isso que continuamos trabalhando na Prefeitura e na Secretaria do Verde - escolhemos o **cenário sociedade saudável**, em que há uma situação

de boa consolidação das políticas públicas urbanas, porque se você não tem as políticas urbanas bem instauradas, acontece o que está acontecendo: vai todo mundo morar lá na Zona Sul, onde existem os fragmentos, que é muito barato e que não tem infraestrutura nenhuma. Então, aí o desenvolvimento humano também tem os seus piores índices. Para não acontecer isso, temos de ter um cenário de boas políticas urbanas colocadas em prática, associadas a uma boa gestão socioambiental da cidade. Essa questão foi trabalhada em seis eixos distintos no plano de ação: o eixo estruturante; um eixo de educação ambiental, comunicação e participação social; um terceiro, licenciamento, autorização, manejo e compensação ambiental; um quarto, áreas protegidas - sistema de áreas verdes; o quinto, ordenamento territorial e o sexto, fiscalização e monitoramento. Conforme fomos trabalhando, esse penúltimo eixo foi substituído por outro para incorporar a questão das mudanças climáticas. O primeiro **Roteiro Metodológico**, que é o único vigente ainda do Ministério do Meio Ambiente, trazia a questão de trabalhar no Plano da Mata Atlântica a questão das mudanças climáticas. Mas todos os planos que se conhece hoje, o de Curitiba, Rio de Janeiro, Sorocaba - eles trabalham sob uma perspectiva muito tênue essa questão. E o Roteiro Metodológico hoje vem sendo revisto pelo Ministério do Meio Ambiente com a intenção de trabalhar com **adaptação às mudanças climáticas**. Então, com isso foi que reviram a proposta de trabalho inicial e procuraram os técnicos ligados ao Comitê de Mudanças Climáticas e uma série de outros, do WRI, algumas identidades que trabalhavam com o tema, até o INPE, para discutir de que modo se poderia trazer essa questão da adaptação para o PMMA de uma forma mais significativa. Então, foram lá estudar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas e criaram esse eixo de adaptação ao risco de mudanças climáticas. As ações que vai mostrar, disse, são ações e metas que estão sob consulta pública, teremos um link no final, que todos poderão ver, e que estará à disposição desde o dia 27/10, até o dia 06/11, essa consulta pública. Qualquer pessoa pode fazer contribuições para um ou mais eixos, enfim, ela é bem aberta, bem democrática e todos receberão resposta, porque sim ou não da inclusão das sugestões, enfim, incorporação das críticas no nosso trabalho. A previsão de um sistema de informações geográficas, um SIG, qualquer pessoa que tentou consultar processos de licenciamento dentro da Secretaria ou qualquer pessoa dentro da Secretaria que pretende consultar qualquer informação tem sérios problemas. Infelizmente, não existe uma plataforma única de informações. Então, isso prejudica não só o trabalho interno, mas o próprio acesso à informação, que é um direito de todo cidadão. E estruturar um sistema de informações é uma condição *sine qua non* para que se possa implementar o próprio Plano da Mata Atlântica. Há duas questões muito pragmáticas do PMMA: que é atualização anual do mapeamento dos remanescentes, dos 30,4%, e também fazer o monitoramento das alterações naquelas fisionomias. As mudanças que vão ocorrendo de uma fisionomia para outra, uma área que vai ampliando, uma área que vai diminuindo, tudo isso a foi inserido nesse eixo chamado estruturante. Mostrou um slide onde não dividiu por eixos, colocou por volta de 15 ações que são consideradas as mais importantes, mas depois tem uma tabelinha que mostra o número de ações por eixo, que podem receber as contribuições. A criação e implementação dos corredores ecológicos que apresentou os três corredores ecológicos, propor a criação e ampliação de UCs, Unidades de Conservação, parques urbanos e parques lineares. As prioridades estão nos corredores ecológicos para essas três situações. Criar e implementar o programa de restauração ecológica em Unidades de Conservação, parques urbanos, parques lineares e áreas privadas; criar o programa de desenvolvimento de manejo sustentável para a zona rural do Município de São Paulo. Hoje é uma atividade que, apesar de uma tentativa, na época da gestão do Eduardo Jorge, é uma atividade inviável e tem muita gente que tem propriedades e que quer fazer silvicultura ou manejo florestal mais tradicional, com alguma espécie nativa e tal, e hoje, do ponto de vista legal, isto é inviável. Então, o Plano quer, através desse programa, criar viabilidade para esse tipo de alternativa, econômica, inclusive. Readequar a legislação para subsidiar as autorizações para manejo da vegetação e compensações ambientais, considerando todas as classes de vegetação no licenciamento ambiental e ações fiscalizatórias. Infelizmente, hoje o que norteia a supressão de vegetação no Município é uma lei de 1987, desatualizada, a cidade mudou demais desde 1987, enfim. E a lei 10.365, muito conhecida, mas que é uma legislação que com uma série de problemas: já foram apontados 500 grupos para serem revistos, mas hoje se protege a vegetação com aquela legislação. Então, evidentemente é preciso rever isso tudo. Só que na Secretaria do Verde, o licenciamento é via DEPAVE 4, para quem sabe, a supressão de espécimes, indivíduos arbóreos. Quem licencia a supressão de fragmento, que teoricamente

pode-se pensar: “ah, fragmento não pode”, mas pode sim, infelizmente pode, tem uma proteção restrita lá na Lei da Mata Atlântica, que depende do estágio sucessional, mas quem faz esse licenciamento é a CETESB. Então, todo este nosso trabalho está sendo feito também numa articulação muito grande com a CETESB, com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Na semana passada foi feita uma apresentação para o Secretário para que essa legislação resultante do Plano seja considerada também no processo de licenciamento e, efetivamente, proteja os remanescentes que mapeamos. Estruturar a fiscalização ambiental, como foi colocado no começo essa situação. E é expansão urbana, expansão urbana e a fiscalização que não funciona. São as pressões sobre a Mata Atlântica. Então, temos que atuar e para essa questão da estruturação, definimos uma série de ações e metas. Não aparece a estruturação da fiscalização, como vai estar lá e quem participar poderá opinar. Uma das formas é a revitalização da **operação integrada Defesa das Águas**. Para quem não conhece, essa foi uma operação que integrava os órgãos de fiscalização ambiental, estaduais e municipais, que funcionou na gestão Serra/Kassab. Ela de fato teve uma efetividade muito grande na área de proteção aos mananciais. Eram definidos perímetros de congelamento e tivemos um maior controle sobre a expansão urbana naquela época. Hoje, têm sido feito esforços, algumas reuniões junto à SMA, Polícia Ambiental e com as Prefeituras Regionais, para que a possamos voltar à carga com essa operação integrada Defesa das Águas. Evidentemente, elaborar um plano de comunicação do PMMA. Porque quem é da área ambiental, que fala “ah, é um ovo, todo mundo se conhece”, mas isso é péssimo. Ela não tem de ser um ovo, ela tem que se comunicar com todo mundo. O Plano tem que sair dessa sala; não pode ficar eu, a Rosélia, e o Sun indo de almoçar “ai, que lindo o Plano, maravilha”. Não é esse o objetivo. O objetivo é que ele permeie a sociedade em todas as suas ações e que seja possível mostrar às pessoas qual a importância da Mata Atlântica sobre a qualidade de vida delas. E quais as ações que estão sendo definidas nesse Plano que vão interferir sobre a conservação e a recuperação desse bioma, que é o bioma que ocorre no Município de São Paulo. Então, por isso do plano de comunicação, a questão do próprio PSA. Então, hoje temos, pelo Plano Diretor, recursos para pagar por serviços ambientais, não temos um plano que permita isso. Então, a coloca-se aqui que a elaboração desse plano e o pagamento são fundamentais porque eles que permitem a conservação em áreas privadas. O objetivo não é criar mais 100 parques, não seria possível, mas é preciso conservar. E preciso conservar dando incentivos a quem mantém aquelas áreas protegidas, com o seu esforço. Mas, essas pessoas tem que ter alguma recompensa financeira para que isso ocorra, para que isso se mantenha e se perpetue. Então, não pode se pagar por cinco anos, porque daqui a cinco anos a pessoa fala “então, ótimo, não recebo mais, corto tudo”. Não, então temos que pensar isso como uma política pública de longo prazo; esse é o objetivo de uma política de PSA. A capacitação dos administradores, gestores de parques e Unidade de Conservação e Conselhos Gestores. E uma proposta que achamos que o Secretário não iria aceitar; que foi exigir concurso público para todos os administradores de parque e para todos os Gestores de Unidades de Conservação. Assim é no ICM-BIO. E no quê isso pode mudar? Muda porque o servidor está lá porque ele é capacitado para isso; ele está lá e ele vai ficar pelo menos cinco anos, então ele vai conhecer a Unidade ou o parque com profundidade; ele vai criar identidade com aquela área e não vai ser como agora, que às vezes tem gestor que fica seis meses no cargo e acha que é o quintal da casa dele aquele parque. Então não é esse o objetivo. O objetivo é que seja uma pessoa que fique lá por um tempo significativo e que tenha a qualificação técnica suficiente para isso. Outra questão muito importante é a estruturação dos viveiros municipais. Agora parece óbvio para quem não é da Secretaria, mas não é. Existem duas Portarias: 60 e 61, de 2011, uma Portaria publicada no Diário Oficial pelos Coordenadores, pelo Coordenador do Herbário, de um longo estudo que levanta, elenca todas as espécies nativas da Mata Atlântica de ocorrência no Município de São Paulo. Agora se a pergunta for ao contrário: é isso que os viveiros municipais produzem? Não é. Então, são coisas da Secretaria surpreendentes, mas então é estruturar os viveiros para isso. Hoje os viveiros têm uma série de questões problemáticas, de falta de estrutura, falta de funcionário, enfim, até estímulo para pensar a cidade, né, pensando no bioma, não numa arborização paisagística exclusivamente. Enfim, então isso tudo fez parte do Plano, são várias discussões, amadurecimento e uma mudança na cultura institucional da Secretaria. Foram anos de discussão desse Plano, muito difícil fazer, muitas brigas entre os técnicos, mas é esse o resultado a que chegamos. Precisamos dos viveiros produzindo as mudas que estão previstas nessas duas Portarias municipais. E, para isso, precisamos de toda uma estrutura e uma condição, definição de matrizes, enfim, tudo mais que

está escrito lá na consulta pública e que vão poder avaliar. Uma questão outra muito importante: a criação de incentivos financeiros e econômicos para as RPPNs, que são Unidades de Conservação privadas. Hoje, você cria uma RPPN, ela é grafada perpetuamente na matrícula. Então, eu hoje quis grafar essa propriedade, eu nunca mais posso deixar de ser outra coisa. Qual o incentivo que eu tenho hoje? Isenção de ITR: R\$ 50,00 por ano. É isso que é mais ou menos. Então, a nossa luta é tentar trabalhar com outros instrumentos, tanto com a isenção do IPTU, hoje na lei 10.365 existe uma isenção de 50%, para áreas verdes. Mas é uma coisa um pouco complicada; todo ano o proprietário tem que ir lá e requerer; enfim, é meio complicado. E também existe a transferência do potencial construtivo. Esse é um instrumento financeiro muito importante que foi utilizado, muitos já conhecem no Município de Curitiba. Isso incentivou a criação de muitas reservas particulares lá e, enfim, é uma das iniciativas que a entendemos como importantes. Trabalhamos até numa minuta para ter uma lei que permita essa transferência a todos os fragmentos, porque hoje a legislação só permite para o que está em ZEPAM, da nossa lei de uso, que é Zona de Preservação Ambiental. Fizemos uma minuta de projeto de lei que permite que isso se amplie para outras zonas, que os fragmentos de Mata Atlântica mapeados pelo PMMA estejam inseridos, para que esses proprietários, criando uma RPPN, possam ter esse benefício da transferência de potencial construtivo. A questão do IPTU foi problemática. Nenhum Secretário gosta, disse recordar que teve a mesma conversa com o Eduardo Jorge. Os Prefeitos, se o Secretário entra falando em IPTU, já nem deixam entrar. O IPTU é a receita principal do Prefeito; ele não quer abrir mão de jeito nenhum. Aí a questão, existem várias ampliações dos grupos indígenas guarani que vivem no Município, principalmente na Zona Sul e na Zona Norte, processos que vêm sendo estudados, enfim, e trabalhados juridicamente ao longo dos últimos anos, de ampliar essas terras indígenas guarani, ali na região do Jaraguá e na região da APA Capivari-Monos. Por isso, e isso coincide, inclusive, com os fragmentos mais preservados. Então, é preciso abrir um diálogo com esses povos. Em função da gestão das APAs, das Áreas de Proteção Ambiental que temos e eles fazem parte dos Conselhos Gestores, já existe um diálogo. Mas, a nossa ideia no Plano da Mata Atlântica e a nossa proposta, como verão na consulta pública, é trabalhar com um plano de desenvolvimento sustentável para essas áreas, que compatibilize a proteção dos remanescentes, mas, também, viabilize atividades que deem condição de vida para essas populações que vivem nessas áreas. E outra questão, sabemos que desde o início dessa gestão existe a intenção de conceder os parques, mas não se falou em UCs ainda, mas nós somos precavidos e nós já definimos mais de 20 critérios para essa concessão; critérios importantes. O Secretário recebeu muito bem a nossa proposta de que o concessionário, porque os parques urbanos, diferentes das Unidades de Conservação, não têm um documento que oriente a gestão, como um plano de manejo de uma Unidade de Conservação. Então, propusemos que todos os parques, isso é uma discussão que já existia na época do Eduardo Jorge, nós não conseguimos, enfim, implementar, mas que todos os parques urbanos tenham um plano de gestão, um documento técnico que oriente a gestão, e que isso seja elaborado a partir de um Termo de Referência feito pela Secretaria do Verde, pelas Divisões relacionadas à biodiversidade, que seja acompanhado pela Secretaria do Verde e que seja custeado pelo concessionário. Então, isso entrou e está lá na consulta pública, vocês verão. Finalmente, o link - esse link está na página da Secretaria do Verde é através dele que poderão acessar a consulta pública do Plano. Mostrou uma tabela que sintetiza o número de ações, prosseguiu mostrando um total de ações e metas: 174 ações e metas, nas quais se pode contribuir e sugerir outras. Esse é o objetivo, disse mostrando a página que abre quando se entra naquele link e preenche alguns dados como: nome, instituição, outros dados relacionados para elaboração de algumas estatísticas, como, se foram mais homens ou mulheres que contribuíram, o nível de escolaridade. Tem alguns dados chatos, mas depois se entra efetivamente nas ações que estão propostas no Plano para todos opinarem. E existe um campo para a pessoa propor novas coisas. E quais são os próximos passos, portanto? Apresentar o relatório técnico agora em novembro, dia 24 de novembro apresentaremos o relatório à comissão e essa comissão do CADES prepara um outro relatório que submete ao CADES, que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente, para aprová-lo. Com relação às ações específicas desse eixo, que tem tudo a ver aqui com o Comitê, que é adaptação ao risco de mudanças climáticas, foram propostas seis ações inicialmente. Duas delas foram trazidas para um eixo que era mais monitoramento do desmatamento e monitoramento das mudanças de uso do solo, migraram para dois outros eixos por um entendimento de que se tratava mais de uma questão de um sistema de informações e interpretação de imagens, mas

foram colocadas três questões imprescindíveis: o levantamento das pesquisas, porque quando se trouxe essa questão, as pesquisas que existem de impacto sobre determinadas espécies ou o que vai ainda são muito esparsas, não estão organizadas num banco de dados e é importante que se tenha conhecimento disso tudo. Então, o primeiro passo é levantar todas as pesquisas sobre essa questão dos impactos das mudanças climáticas na vegetação, tudo que existe de conhecimento científico gerado sobre isso e trazer isso para um banco de dados. Outra questão é simular cenários a partir, por exemplo, o INPE, ele fez uma simulação de trabalhar no horizonte do Brasil com ou sem a vegetação dos biomas que existiam. A nossa intenção é trazer, simular esses cenários com percentuais de vegetação que vão dos 30, que a gente tem hoje, até 0. O que isso implicaria com relação à qualidade de vida na cidade. Então, essa é uma das etapas e também trabalhar nas áreas de risco 3 e 4 (risco alto e muito alto), são as áreas mapeadas pelo IPT sob contratação da Prefeitura de São Paulo alguns anos atrás, que cruzou inaptidão à ocupação por risco de deslizamento de terra. Essas áreas de risco 3 e 4 que estão ocupadas hoje por moradias precárias, precisam ser removidas e, segundo o Ministério Público, já deviam ter sido removidas há tempo. Essas são áreas em que iremos trabalhar, em consonância com essa meta de retirada dessas pessoas, que estão relacionadas à habitação, tanto a CDHU quanto a SEHAB, que são os órgãos de habitação do Município e do Estado, para nessas áreas, depois de removidas as pessoas possamos sim, fazer uma atividade de restauração e de plantio para que haja uma contenção melhor desse terreno em função dessa suscetibilidade natural. Então, foi assim que trabalhamos. Vocês podem ver, depois entrar, selecionar esse eixo especificamente e lá avaliar as metas, sugerir coisas, será muito bem vinda a contribuição de todos vocês. Terminou agradecendo a oportunidade e deixou um abraço à Leda. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** – Disse que já assistiu essa apresentação algumas vezes e gostaria de ouvir todas, disse para Anita. Porque ela apresenta dados, tem um conhecimento que permite passar todas essas informações, acrescenta, conclui, enfim, é sempre muito bom poder ouvir à Anita. Prosseguiu dizendo que tem hoje na Secretaria e ontem houve uma reunião do GRI. Que considera interessante, quantos instrumentos hoje. Colocou que essa ausência de tantos anos sem informação, hoje tivemos várias coisas que confluem quase que para um banco de dados que, por si só, não quer dizer nada, mas ele tem que ser o berçário de políticas públicas que transcendam os governos de plantão. Não dá para trabalhar na clandestinidade. Disse haver recordado do tempo da ditadura, que dependendo de quem estava no comando era preciso tomar mais cuidado, ou menos cuidado. Não dá. As informações e as políticas elas têm que ser perenes. Então, hoje, citou a Rosélia, (Diretora do DEPLAN), no nosso planejamento temos as ODS; o Município Verde Azul, que é um programa do Estado, que é muito interessante, porque podemos confrontar informações dos vários Municípios, temos o PMMA, e o próprio Comitê de Mudanças Climáticas, com o nosso inventário, que vai ser outro banco de dados, inclusive com muitas informações do PMMA, porque fala em sequestro de carbono e muita gente vai falar "mas que história é essa de sequestro de carbono"? É tudo isso que a Anita colocou. Quem é que sequestra carbono? Tem o GRI, tem o PDUI e essas discussões estão sendo feitas separadas. E ontem o GRI, que é um instrumento que foi desenvolvido para o setor privado, que não cabe muito na coisa pública. Cabe o princípio em si, que é transcender o núcleo da informação e ter os seus tentáculos para outros. No setor público, por exemplo, para os seus clientes, para os seus fornecedores, com toda uma interferência da dinâmica econômica, com fonte de financiamento. Então, teremos que transformar esse instrumento. Propôs que se faça uma reunião para ver como é que se pode começar a dar corpo para o que já existe, para o próprio PMMA, e a pensar. Quando a gente pensar em dados, a gente pensa numa informação que pode servir a vários escopos e daí a gente começa a ser consultado e começa a fundamentar discussões de outras Secretarias. Perguntou se alguém mais queria fazer algum comentário sobre a apresentação da Anita e disse que após essa apresentação o tema terá sequência nas próximas reuniões. Colocou que existem alguns informes também para dar, mas deixou em aberto, se alguém quiser fazer algum comentário sobre o PMMA. Destacou sobre um novo representante da Secretaria de Gestão que vai passar a fazer parte do Comitê e que é muito importante contar com a Gestão nessa mesa para conversar com as outras Secretarias, abastecer e disponibilizar os dados para as outras Secretarias. Pediu para que ele se apresentasse. **Victor Coelho de Souza** – Saudou a todos e disse ser um prazer estar aqui. Que está começando recentemente, como a Leda falou. Não teve ainda muito envolvimento com a Secretaria do Verde, mas que está à disposição de todos e que espera poder contribuir. Informou que está no Comitê a pedido do Paulo, que é o

Secretário e espera poder ajudar no que for possível. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** – Deu as boas vindas ao Victor que agradeceu. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** – Passou a palavra para a Andrea. **Andrea Franklin, (SMSO)** - Parabenizou a Anita pela apresentação e disse que dá um alento para todos saber a forma como estão trabalhando o meio ambiente; que está em processo de mudança e construção, porque toda a experiência, a sua experiência na Prefeitura é com licenciamento de obras de infraestrutura e o que ela percebe é que não faltam dados, mas falta a forma de como conseguir se apropriar desses dados da Prefeitura e, principalmente, economizar nos estudos que são feitos, com o dinheiro do erário, porque se vê repetindo informações que ficam apenas no papel e não acontecem na prática, não se tornam ações. Então, prosseguiu, considera que é importante que se consiga dentro desse estudo rever - e disse que iria pontuar duas questões que são da sua vivência, que são os TCAs, (termos de compensação ambiental), que considera que a possibilidade de aplicar nesses corredores ecológicos, se tiver uma legislação que garanta, vai nos auxiliar muito, porque temos muitos TCAs que não são cumpridos e quando vão cumprir, tem dificuldade em executar, ainda mais que as gestões são curtas e acabam ficando esses passivos. Então, cabe também um pouco o esforço dos técnicos no momento de colocar isso em prática, unir as Secretarias e, junto com o Verde, encontrar uma solução. Considera que existem possibilidades de fazer bons trabalhos, mesmo que sejam pequenos dentro da participação da infraestrutura, mas conseguindo gastar esse dinheiro de uma forma adequada. E além dos TCAs, os licenciamentos também. Disse que considera que é o eixo licenciamento e autorização ambiental que é importante para poder permitir que durante a execução das obras, quando é preciso realmente cumprir esses passivos, porque depois a obra acaba, o contrato vai embora e fica o Poder Público com vários passivos sem conseguir cumprir. Então, é um pouco o esforço de quem está fazendo essa gestão de chegar numa solução e sem uma legislação não se consegue. É preciso mexer na legislação, se não o que se ouve do lado de lá é que às vezes é só um Departamento, ele fala "mas isso não dá para fazer" e a obra passa e ficamos lá na ânsia de gastar. Ela e Anita estão vivendo isso em conjunto, disse que vai lá bater na porta toda semana "vamos gastar o dinheiro do SNUC, porque a obra está tocando, se não gastar agora, daqui a pouco não dá mais". E é um esforço dela, nosso, para chegar nisso. Então considera importante e disse que vai ver se consegue entrar no site e contribuir com algumas propostas, terminou e agradeceu. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** – Agradeceu e pediu para o próximo se apresentar. **Eduardo Neder** – Saudou a todos e disse ter uma dúvida para a Anita. Queria saber na análise com o Plano Diretor, como que essas áreas remanescentes estavam enquadradas na sua maioria, se ela achava que teve um cuidado com os remanescentes não inseridos em ZEPAM para tratamento especial? **Anita** – Respondeu que há uma análise bem criteriosa, uma planilha sobre isso. Evidentemente, tem muita coisa que não está em ZEPAM. Esse é a preocupação de ter um instrumento jurídico que proteja essas áreas, porque, por exemplo, tem área mapeada de Mata Atlântica, como umbrófila densa, dentro de ZEIS 1. Então, essa foi uma discussão grande do grupo, mas o objetivo é que se consiga sair com esse mapeamento, principalmente do que for definido enquanto áreas proprietárias. Para todos terem uma ideia, colocou que dos 30% mapeados, 15% está nos corredores. Então dos 30, 15 são prioritárias. Prioritários, para eles, disse, é assim: são áreas que não podem, por exemplo, sofrer uma supressão total. Pode haver manejo, mas supressão total não. E para isso, teremos que dar um encaminhamento, que é criar alguma legislação mesmo, um decreto, uma lei, enfim, que proteja esses fragmentos. Agora, esse cruzamento tem exatamente quantos fragmentos estão em ZEPAM - a maior parte está em ZEPAM - mas arriscou dizer que 25% dos 100 não estão em zona relacionada à proteção. Que fizeram uma "separaçãozinha": zona de proteção, então na zona de uso sustentável, a **ZUVI**, quando está em área urbana, quando está em área rural, então tem uma parte também que está nesse zoneamento, que é um zoneamento mais voltado à conservação e, daí, até os zoneamentos em que não é prevista nenhuma conservação; que são voltados, por exemplo, para habitação, ZEIS 1, ZEIS 4, ZEIS... Existe essa sobreposição. No caso de ZEIS 1, é uma área consolidada, com a previsão de plano, de uma série de coisas, então temos dentro desse eixo de licenciamento a tarefa de pensar em padrões específicos para aquela área verde que vai fazer parte do licenciamento do empreendimento, diferenciado por aquele fragmento ser mapeado como fragmento de Mata Atlântica pelo PMMA, mas que a ideia é, em função disso, porque eles não se restringem a ZEPAM. Pelo seu olhar não foi "vamos trabalhar com a ZEPAM". ZEPAM já existem, tem proteção e tal. Era olhar a Mata Atlântica. E, olhando a Mata Atlântica, de fato ela está em todo tipo de

zoneamento que possamos imaginar, de ZEIS 1 a ZEPAM e aí o objetivo agora é olhar para isso e criar uma legislação que proteja aqueles que de fato são mais significativos dos 30%. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** Perguntou se mais alguém tinha algum comentário? **Rosélia Ikeda** – Se apresentou como Diretora de Planejamento da Secretaria do Verde. Colocou que também durante o trabalho, ficaram numa discussão bastante acirrada entre os técnicos, para de fato eleger as áreas prioritárias. Porque se tende a querer proteger tudo na situação problemática que temos em São Paulo, tendemos a querer proteger todos os fragmentos. Então esse trabalho do Professor Sartorello foi muito importante, porque ele mapeou exatamente os fragmentos que têm capacidade de se regenerar por ele só, pelas características que eles contam hoje. Então, essas áreas são as mais importantes de proteger, que ele falou "basta cercarmos essas áreas", desde que elas sejam públicas. Se elas forem privadas, seria preciso também criar um programa para proteção dessas áreas e aí ficamos num esforço bastante forte de tentar estabelecer realmente o que seria prioritário e o que a teríamos, vamos dizer, capacidade de colocar um esforço e conseguir realizar. Quer dizer, a nossa preocupação maior é que isso saia do papel de fato. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** Perguntou se mais alguém tem algum informe e comentou se todos receberam uma proposta de criação do **Comitê Permanente São Paulo Cidade Resiliente** que foi elaborado pelo grupo de trabalho **Adaptação e Cidades Resilientes** que o Eduardo Neder coordena. Na verdade ele relaciona todas as ações que serão coordenadas pela Defesa Civil, com as demais secretarias da Prefeitura para se obter os dados integrados. **Eduardo Neder** – Comentou que todos já devem haver recebido uma cópia da Minuta do Decreto que já passou por uma rodada de avaliações. Foi uma proposta da Defesa Civil para atender ao programa da ONU de Cidades Resilientes e a ideia é unir forças das Secretarias para relatar as ações que o programa exige que sejam relatadas as ações que o Município está fazendo. Então, para que eles consigam ter acesso aos dados do que as outras Secretarias estão fazendo, a ideia foi a de criar esse Comitê. Ele seria gerido pela Defesa Civil, através da Secretaria de Segurança, e está bem em vias finais. Pelo entendimento é preciso agora de uma consulta de um representante da Secretaria de Segurança, depois da rodada que está tentando viabilizar a união junto com algumas comissões que já existem, mas que ele deve conversar com o Ronaldo (da Defesa Civil), para ver se essas comissões teriam a representatividade que esse Comitê exige. Porque, para que consigam a informação realmente do que cada Secretaria está fazendo precisa ter além de uma comissão interna. Mas, disse considerar que todos devem ter tido acesso já, então que já daria para partir para o encaminhamento e que agora seria com o Secretário de Segurança e do Verde, para depois ir para o Prefeito assinar. **Leda Aschermann (Secretária Executiva)** – Comentou que o papel do Comitê diante dessa questão é o de receber, acolher esse documento. Leu para todos quem vai compor esse Comitê: a Secretaria de Governo Municipal, a Secretaria de Prefeituras Regionais, de Segurança Urbana, Serviços e Obras, Mobilidade e Transporte, Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Verde e Meio Ambiente, Educação, Habitação, Comunicação, Relações Internacionais, Urbanismo e Licenciamento e Fazenda. Então, esse será o grupo que vai compor esse Comitê para discutir resiliência, que é capacidade de resistir principalmente aos grandes desastres, às questões que envolvem os fenômenos climáticos. Então, se for concordância de todos, iria receber esse documento, encaminhar para o Secretário e este então fará a trajetória para a criação do **Comitê Permanente São Paulo Cidade Resiliente**. Comentou que parece que essa questão já está bem discutida e eles sentem falta de um grupo que discuta esses eventos. Que acha importante e perguntou se havia consenso de todos, se todos concordam? Então diante da aprovação dos presentes, ela recebeu o documento e disse que hoje mesmo será enviado um ofício para o Prefeito para ele tomar as providências. Comentou que achava que deve passar provavelmente pela Câmara também. Seria melhor. Então, finalizando a reunião agradeceu a presença de todos, disse que foi um dia importante para dar sequência ao trabalho do Volf, com tudo que ele foi lembrado aqui e que ele vai continuar sendo o nosso inspirador, uma vez que agora sua imagem está na galeria de retratos da UMAPAZ, vai continuar nos inspirando a todos para tocar e criar políticas públicas que garantam a continuidade, políticas públicas fortes, coesas, convincentes, que não tenham esse aspecto mercurial que é às vezes a gente criar, ter a convicção e ficar isolado. Então, esse é um espaço interssecretarial por conta disso. Para que tenhamos essa compreensão. Disse que sempre se lembra de quando foram convidados para vir para a gestão do Meio Ambiente, ela foi conversar com Eduardo Jorge e falou: - "Eduardo, mas é uma Secretaria difícil, complicada, que ela nunca tinha conseguido entender direito". Ela era há época Subprefeita do Campo Limpo. São

técnicos altamente capacitados e que eles não entendiam disso. Ele era médico, e ela enfermeira e daí o Eduardo disse: "então se nós não entendemos, é porque a Secretaria está errada", porque hoje a questão ambiental é para todos, ela tem que ser socializada, ela tem que ser para a dona de casa, quando recicla o seu lixo, ela tem que ser para a criança, quando não arranca uma planta e ela disse que ele tinha toda razão. Que tudo isso que a Anita colocou de que a gente tem que conversar mais, entender mais as demandas, tem que sentar junto, é como o Eduardo falou, com a Secretaria de Transportes e entender a pressão que é. Essa é terceira maior frota do mundo de ônibus públicos e se formos incluir os intermunicipais é a maior frota do mundo. Então, estamos diante de questões desafiadoras, mas que todos nós vamos dar conta, disse estar segura disso. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Membros do Comitê de Mudanças Climáticas presentes:

ANTP – Olímpio Álvares

ICLEI – Igor Albuquerque

Secretaria Municipal de Gestão – Victor Di Francesco

Secretaria municipal de Inovação Tecnológica – Fernando Nogueira

Secretaria de Governo Municipal – Jabs Cres Santos

Secretaria Municipal de Serviços e Obras – Andréa Franklin Vieira

Secretaria Municipal de relações Internacionais – Felipe de Campos

Secretaria Municipal de Saúde – Magali Batista

Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte – Irineu Gnecco / André Castro

Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego – Tamara Burg

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima – Leda Aschermann

Outros participantes presentes:

Paulo Feldmann – USP

Maria Fernanda Garcia – CETESB

Márcia Barbosa – UMAPAZ

Eduardo Aulicino – SVMA

Rose Inojosa – N. Peace

Rita Teixeira – cuidadora do Sr. Volf Steinbaum

Eduardo Jorge – SES

Patrícia Vaz Ferreira – SVMA

Salvador Carletto – GT Transporte Limpo

Leonardo Maglio – PPA

Ivan Maglio – PPA Ltda.

Maria Luiza –

Eduardo Luís Cerpa – CETESB

Eduardo Neder – USP /PPA

Mara Laura Zei – SVMA DEPLAN

Mônica Ribeiro – Conteúdos Afins

Fee Stehle – University of Postdam – Germany
Daniel Huet – CETESB
Deborah Faria
Thaís Faria
Hearch Basbaum
Rafael Sá
Débora Diogo – SVMA/Comitê Mudança do Clima
Gabriel Murgel Branco – Environmentality
Nadime Boueri – UMAPAZ
Fernando Nogueira – SMIT
Doralice Almeida – SVMA
Celia Kawai –
Valéria Dias – SVMA
Helena Magozo –
Fernanda Wajchenberg
Carolina Nass –
Anita Martins – SVMA
Marcelo Morgado – CMSP
Beatriz Silva – SVMA
Pedro Torres – SVMA Deplan
Francisco Nogueira
José Martin
Meire Abreu – SVMA DAF
Maria Sales – COMDEC SP
Marta Godoy – Geoconsult
Natacha Nogueira – FIESP
Linete Haraguchi – UMAPAZ
Érica Regina Silva - UMAPAZ